ESTUDO ACERCA DO REGIME DE SEMILIBERDADE NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE CRATO-CE NO ANO DE 2016

ISLANE SIEBRA FERREIRA, FELIPE SILVA DUARTE, JOSEANE DE QUEIROZ VIEIRA

A presente comunicação assentou-se sobre a análise do regime de semiliberdade em um dos seus mais expressivos desdobramentos no município de Crato - CE: a baixa aplicabilidade de tal regime. Diante disso, este estudo teve como objetivo geral analisar os critérios e condições de aplicação da medida socioeducativa de semiliberdade na comarca citada, no ano de 2016. Ademais, tal pesquisa tem por objetivos específicos estudar o ordenamento jurídico vigente, bem como analisar os processos transitados em julgado na vara competente e descrever o funcionamento do Centro de Semiliberdade correspondente. Visando alcançar esse propósito, a pesquisa foi dotada de caráter dedutivo acompanhada de uma abordagem preponderantemente qualitativa com aspectos quantitativos. No que se refere aos objetivos deste trabalho, foram utilizadas pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas e, em relação aos procedimentos, o trabalho foi baseado em metodologias bibliográficas, documentais e de levantamento, complementando-se com estudo de campo para realização entrevistas. Nesse sentido, inicialmente discorreu-se sobre a evolução histórica legislativa brasileira em relação aos adolescentes em conflito com a lei, perpassando pela legislação vigente, trazendo diferenciações e considerações a respeito do tema, sob a luz da Lei n. 8069/90 e suas diretrizes quanto às medidas socioeducativas imputadas aos adolescentes que cometem atos infracionais. Empós, delimitando-se essa pesquisa espacialmente na urbe aludida, traçou-se comentários e averiguações de dados em relação à atuação da vara competente, estudando e compreendendo a performance do Centro de Semiliberdade correspondente. Os resultados obtidos apontam no sentido de que se faz necessária maior atuação do Poder Público para efetivação plena do regime de semiliberdade em Crato - CE.

PALAVRAS-CHAVE: ADOLESCENTE INFRATOR. ATO INFRACIONAL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. SEMILIBERDADE.

ÁREA TEMÁTICA: DESLEGITIMAÇÃO DO DIREITO PENAL

FORMA DE APRESENTAÇÃO: ORAL